

Curso de “Análises de Perigos e de Pontos críticos de controlo no Laboratório de Microbiologia (1998);

Curso de “Formação de Formadores” (DGDR, 1997);

Curso de “HACCP — Instrumento para a Segurança Alimentar” (1997).  
207605222

#### Despacho n.º 2642/2014

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de seleção do titular do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Infraestruturas e Ambiente, a que se refere a alínea *b*) do artigo 10.º da Portaria n.º 305/2012, de 4 de outubro, em conjugação com o artigo 10.º do Despacho n.º 14092/2012, publicado in DR, 2.ª série, n.º 210, de 30 de outubro, designadamente através da Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos os formalismos legais e concluídas as operações de seleção, propôs o Júri, como resultado do respetivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para desempenhar aquele cargo o candidato Francisco Viriato de Matos Viegas e Castro.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente pela aplicação da fórmula que traduz os métodos de seleção aos factos apurados, considero que face a tais resultados aquele candidato possui a competência técnica e a aptidão necessárias para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respetivo concurso.

Assim, designo para o cargo de Chefe de Divisão de Infraestruturas e Ambiente, o Técnico Superior Francisco Viriato de Matos Viegas e Castro, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 a 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, diploma alterado e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Esta designação produz os seus efeitos a partir da data do presente despacho.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

29 de janeiro de 2014. — A Diretora Regional, *Adelina M. Machado Martins*.

#### Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Francisco Viriato de Matos Viegas e Castro;

Idade: 50 anos;

Estado civil: Casado;

Naturalidade: Viseu.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Agronómica, pelo Instituto Superior de Agronomia, concluída em 1987.

3 — Atividade profissional:

Em 15 de novembro de 1989, iniciou o trabalho em regime de prestação de serviços, na Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral, na Divisão de Estatística, assumindo a coordenação do Recenseamento Geral Agrícola/89 no então Núcleo de Estatística de Viseu, bem como a execução de inquéritos agrícolas e outras operações estatísticas (estado das culturas e quadro produção vegetal);

Em acumulação, a partir de novembro de 1992, passou a realizar o trabalho de acompanhamento e controlo da execução de obras, na área geográfica da Zona Agrária de Viseu no âmbito do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), Subprograma «Recuperação de Regadios Tradicionais»;

Em julho de 1993 às funções anteriormente desempenhadas, acumulou a coordenação das atividades do PAMAF — Medidas 1 e 2, nomeadamente a divulgação, informação e aconselhamento, em estreita colaboração com os serviços operativos regionais, na elaboração de candidaturas, elaboração de pareceres, o acompanhamento e controlo da execução dos investimentos na área das então Zonas Agrárias do Alto e Baixo Dão e Lafões e posteriormente Agrupamento de Zonas Agrárias do Dão e Lafões;

Após concurso interno, ingressou, nos quadros da Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral, tendo tomado posse em 4 de setembro de 1998;

Em janeiro 2001, passou a realizar o acompanhamento e validação de projetos de investimento da Ação 1 do AGRIS na área geográfica do AZA do Dão e Lafões;

Em novembro de 2002 passa a ter a responsabilidade de analisar, acompanhar, vistoriar e validar todos os investimentos no âmbito das Ações 5.1 (Regadios tradicionais) e 6.1 (Caminhos Agrícolas) do AGRIS, na área geográfica do Agrupamento de Zonas Agrárias do Dão e Lafões e posterior Delegação Regional de Viseu;

De dezembro de 2009 a dezembro de 2010 exerceu funções de Técnico de Informação Regional no Recenseamento Agrícola de 2009, no âmbito do protocolo estabelecido entre o Instituto Nacional de Estatística, o Gabinete de Planeamento e Políticas e a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;

De abril 2011 a outubro 2012, colaborou com a Divisão de Planeamento Estratégico na elaboração dos relatórios Estado Das Culturas e Previsão das Colheitas e do Quadro da Produção Vegetal, na área da Delegação Regional de Viseu, e na execução de contabilidades agrícolas da RICA (Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas);

De julho de 1993 até outubro de 2012, em acumulação às funções anteriormente descritas sempre desempenhou as funções inerentes à Zona Agrária de Tondela e posteriormente Núcleo de Tondela da Delegação Regional de Viseu da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;

Desde 24 de outubro de 2012, exerce o cargo de Chefe de Divisão de Infraestruturas e Ambiente, em regime de substituição, Despacho n.º 14843/2012, in DR.

4 — Formação profissional:

Curso de Formação de «Projetistas de Recuperação de Regadios Tradicionais», promovido pela Quimigal, Lisboa, setembro 1986;

Curso de Formação de Formadores, Gafanha da Nazaré, setembro 1994;

Curso de Drenagem, «Centro de Formação do Gil Vaz», novembro 1994;

Curso de Rega por Gravidade, «Centro de Formação do Gil Vaz», setembro 1999;

Curso de Hidrologia Agrária, «Centro de Formação do Gil Vaz», novembro 1999;

5.º Curso de Exploração e Segurança de Barragens, Instituto da Água, maio 2003;

Curso em Contabilidade agrícola e utilização do sistema GESTAGRO, promovido pelo Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), em Gouveia, fevereiro 2011, 35 horas;

Curso de formação profissional, «Sistemas de informação Geográfica — Iniciação ao ArcGIS», na Escola Superior Agrária de Castelo Branco, em outubro de 2011, 30 horas;

Curso de formação profissional, «Sistemas de informação Geográfica e GPS», na Escola Superior Agrária de Castelo Branco, em novembro de 2011, 30 horas.

207605069

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

#### Despacho n.º 2643/2014

O Decreto-Lei n.º 492/99, de 17 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 240/2000, de 26 de setembro, aprovou o regime jurídico do licenciamento e da fiscalização das unidades de saúde privadas que utilizem, com fins de diagnóstico, de terapêutica e de prevenção, radiações ionizantes, ultrassons ou campos magnéticos e estabelece os requisitos que as mesmas devem observar quanto a instalações, organização e funcionamento, sendo que nos termos do seu artigo 11.º se prevê criação de Comissões de Verificação Técnica, a funcionar junto de cada Administração Regional de Saúde, compostas por um técnico de saúde, em representação do Ministério da Saúde, que preside, e dois médicos especialistas, em representação da Ordem dos Médicos.

Nesse sentido, e tendo em conta que o Decreto-Lei n.º 279/2009, de 6 de outubro, que revogou o referido Decreto-Lei n.º 492/99, de 17 de novembro, ainda não iniciou a sua produção de efeitos em relação às unidades de Radioncologia, atento o regime estabelecido no seu artigo 27.º, nomeio, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 492/99, de 17 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 240/2000, de 26 de setembro, para integrar a Comissão de Verificação Técnica, no âmbito da radioncologia, a Licenciada Isabel Távora, enquanto representante do Ministério da Saúde, que exercerá funções de Presidente da referida Comissão, e as Licenciadas Maria Filomena Brazão Carvalho Pina e Maria Luísa da Cruz Mirones, em representação da Ordem dos Médicos.

7 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

207608082